

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



**“QUANDO EU VEJO ELES NESSA SITUAÇÃO ASSIM - DE NÃO TEREM RECURSOS SUFICIENTES PARA SE ALIMENTAREM - AI É QUE EU FICO MAIS DOENTE”**: A prevalência da insegurança alimentar e nutricional no âmbito da ABS

Ariele França de Melo<sup>1</sup>

Francisco Sérvulo De Oliveira Carvalho<sup>2</sup>

Lídia Regina Tavares Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

Os determinantes sociais são elementos necessários para que pessoas alcancem a saúde de forma ampliada. Assim, dentre estes, destacamos a Segurança Alimentar e Nutricional como sendo primordial para a sobrevivência humana. Contudo, a constante comercialização dos direitos sociais tem exacerbado problemáticas sociais, como a intensificação dos diversos níveis de insegurança alimentar e nutricional. Este trabalho, portanto, é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e objetivou compreender como a negação dos determinantes sociais da saúde interfere na ocorrência e/ou prevalência de insegurança alimentar e nutricional em famílias pertencentes ao território da Unidade Básica de Saúde (UBS) Sinharinha Borges localizada no bairro Barrocas no município de Mossoró RN. Os resultados alcançados responderam satisfatoriamente aos objetivos propostos, demonstrando que a negação de determinantes sociais interfere diretamente nas realidades de famílias que se encontram em estado ou em risco de insegurança alimentar e nutricional.

**Palavras-Chave:** Segurança Alimentar e Nutricional. Determinantes Sociais em Saúde. Atenção Básica de Saúde.

## ABSTRACT

The social determinants are necessary elements for people can reach Health in an expanded form. That way, we focus on Food and Nutritional Safety as being primordial to human survival. However, the constant commercialization of social rights has exacerbated social problems, like the intensification of most levels of nutritional and food insecurity. This work, therefore, is of qualitative and exploratory nature, aiming to understand how the health social determinants denial

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ); Assistente Social especialista em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (UERJ) e Mestranda no programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (UERJ); arieless.19@gmail.com.

<sup>2</sup>Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA; Nutricionista - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA); Clínico em Saúde Mental e Atenção Psicossocial; pservulonutri@gmail.com.

<sup>3</sup>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ); Nutricionista pela Universidade Potiguar (UNP) e especialista em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (UERJ); lidiatavares@alu.uern.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

interferes with the occurrence and/or prevalence of food and nutritional insecurity in families that belong to the Basic Unity of Health Sinharinha Borges, located in the Barrocas district on Mossoró/RN city. The reached results answered satisfactorily the proposed goals, showing that the denial of social determinants interferes directly with families that are in a state or at risk of food and nutritional insecurity.

**Keywords:** Food and Nutritional Safety. Health Social Determinants. Basic Health Attention.

## 1 INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) se constitui como elemento primordial para a sobrevivência humana em todas as suas dimensões. Neste sentido, a disponibilidade de uma alimentação apropriada é direito de todo ser humano, em especial se respeitar culturas alimentares populares e uma economia sustentável que permita, além de tudo, previsão adequada e segura de alimentos sem comprometer o acesso a outros fatores indispensáveis à dignidade humana, como a saúde integral, que envolve, entre outros, educação, emprego, moradia e convivência familiar e comunitária. (GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA; 2019).

Contudo, na realidade brasileira, embora previsto em lei, historicamente o direito social à alimentação adequada é um desafio estrutural. Em especial porque o Brasil, apesar de ter conseguido sair do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, já no ano de 2022, menos de uma década depois dessa significativa saída, apresenta dados que revelam que a insegurança alimentar e nutricional voltou a se fazer presente no cotidiano de grande parte da população, mais especificamente em torno de 33,1 milhões de brasileiros de acordo com II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022).

Diante desse contexto, salientamos que a insegurança alimentar e nutricional nos moldes do modo de produção capitalista é um problema projetado para existir, não sendo, portanto, algo natural, mas que existe com a função de manter a lógica desse sistema econômico que mercantiliza direitos humanos básicos, como a alimentação, em prol da produção de riquezas para uma quantidade mínima de

PROMOÇÃO



APOIO



pessoas, em decorrência direta da pobreza para a outra grande massa da população (TEIXEIRA, 2022); (AZEVEDO, 2022).

Como consequência, nesse cenário as políticas sociais tornam-se indispensáveis, em especial porque só foram possíveis e garantidas em lei mediante a atuação popular que busca diariamente melhorias de vida que constantemente são negadas neste contexto em que a valorização do capital é a prioridade principal.

Desta forma, os resultados aqui apresentados são frutos de um processo de pesquisa desenvolvido durante a fase de conclusão da Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade da Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em parceria com a prefeitura municipal de Mossoró/RN.

Este trabalho, portanto, é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e objetivou compreender como a negação dos determinantes sociais da saúde interferem na ocorrência e/ou prevalência de insegurança alimentar e nutricional em famílias pertencentes ao território da Unidade Básica de Saúde (UBS) Sinharinha Borges localizada no bairro Barrocas no município de Mossoró RN.

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto, nos propusemos a analisar como a insegurança alimentar e nutricional impossibilita que famílias acessem o direito social à saúde em sua forma ampliada. Quanto aos aspectos metodológicos, concordamos em utilizar a pesquisa de campo com posterior análises documental e bibliográfica.

Sobre os sujeitos participantes dessa pesquisa, é válido mencionar que são mulheres (mães e/ou esposas) acompanhadas de forma multiprofissional pela UBS Sinharinha Borges, que foram avaliadas por profissional de nutrição e que responderam ao questionário denominado Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> A EBIA se caracteriza por ser um questionário com 14 perguntas fechadas, que permitem respostas de sim ou não a respeito da vivência dos últimos 3 meses do indivíduo e sua família no que se refere aos níveis de insuficiência alimentar e preocupações com a ausência de comida (SEBÓIA; SANTOS; 2015).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Posteriormente, mediante os resultados obtidos, nos foi possível identificar aquelas mulheres que apresentaram elementos necessários para responderem aos objetivos propostos por este trabalho por meio da participação destas em entrevista semiestruturada, com a finalidade de entender melhor as condições e realidades socioeconômicas de seus grupos familiares.

Para tanto, ressaltamos que esse trabalho só foi iniciado após apreciação e aprovação de projeto pelo Comitê de Ética da UERN sob o número 60533722.3.0000.5294 no dia 12 de outubro de 2022. Quanto às entrevistas, estas tiveram duração em torno de 20 a 30 minutos e aconteceram na própria UBS Sinharinha Borges em salas reservadas, conforme disponibilidade de horário das participantes que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Áudio. Vale salientar ainda que, com a intenção de preservar o anonimato das nossas participantes, adotamos nomes fictícios escolhidos aleatoriamente.

## 2 A NEGAÇÃO DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM A PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPLANAÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELA UBS SINHARINHA BORGES

A respeito do compilado de resultados aqui apresentados, salientamos que estes só foram possíveis por meio da participação de 6 mulheres que, prontamente, concordaram em participar como sujeitos desta pesquisa. Além disso, é necessário enfatizar que as mulheres foram escolhidas para serem as representantes de seus grupos familiares nas entrevistas porque compreendemos que na sociedade capitalista a desigualdade de gênero também se faz presente (CISNE; SANTOS, 2018).

E, como consequência, esta desigualdade influencia direta e/ou indiretamente na desigual distribuição e consumo de alimentos entre homens e mulheres. Análise que pode ser constatada pelos dados divulgados no II Inquérito Nacional sobre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), o qual nos apresenta que a insegurança alimentar e nutricional alcança mais os grupos familiares nas quais as mulheres são as principais responsáveis.

Além disso, em um panorama global, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), ao divulgar o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo em 2022, percebeu que “31,9% das mulheres no mundo enfrentaram insegurança alimentar moderada ou severa em relação a 27,6% dos homens”<sup>5</sup> em 2021. No mais, essa porcentagem de 4 pontos percentuais de diferença entre gêneros superaram os 3 pontos alcançados no ano de 2020, uma porcentagem considerada já elevada.

Atrelado a esse contexto de gênero, destacamos também o fator raça/etnia como sendo uma das mais injustas e graves disparidades dentro do processo de distribuição e acesso de alimentos. Desigualdade essa que pode ser observada tanto no cenário brasileiro, quanto na realidade de comunitários do bairro barrocas em Mossoró.

Desta forma, no que concerne a autodeclaração racial das participantes, foi possível identificar que, em sua totalidade, as mulheres são pretas ou pardas, e não é coincidência elas possuírem o perfil para participarem como sujeitos de uma pesquisa que se propôs a discutir insegurança alimentar e nutricional.

Isto porque, ainda que a nossa amostragem seja considerada pequena, os dados obtidos estão em consonância com estatísticas nacionais, em especial as divulgadas pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (2022, p. 18) visto que nos apontam que “a fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e atinge mais [...] aquelas em que a pessoa de referência se denomina de cor preta ou parda”. Dessa forma, aqui evidenciamos que a insegurança alimentar e

<sup>5</sup> Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/relatorio-da-onu-fome-no-mundo-sobe-para-828-milhoes-em-2021/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



nutricional entre os mais pobres, encontra-se associada a uma predominância racial, na qual a maioria são negros e/ou pardos.

E, como já citado anteriormente, a discriminação de gênero é bem presente na sociedade brasileira, contudo, esta tende a se agravar quando associada ao racismo, já que “mulheres brancas e negras em condição de pobreza não compartilham qualitativamente das mesmas experiências” (SILVA SO ET AL. 2022, p. 2).

Sobre o perfil socioeconômico dos grupos familiares das participantes, observamos que o acesso a uma renda mensal fixa de ao menos 1 salário mínimo<sup>6</sup> não alcançou a realidade de todas as 6 entrevistadas, pois constatamos que na família de Joana, que reside com suas 4 filhas, a única renda fixa é proveniente do antigo programa de transferência de renda Auxílio Brasil<sup>7</sup>, que, no período da coleta dos nossos dados, significava o repasse de R\$600,00 às famílias cadastradas. Valor esse que, se dividido para o número de integrantes do respectivo domicílio, resultou em uma renda per capita média em torno de R\$ 120,00, obviamente considerado insuficiente para as despesas básicas individuais destas durante 30 dias.

A respeito dos programas de transferência de renda, no Brasil, durante o período de 2004 a 2010, o principal destas era o combate à fome, que acontecia principalmente por meio de ações desenvolvidas pelo famoso programa Bolsa Família. Nas palavras de Anschau; Matsuo; Segall- Corrêa (2012, p. 178) o Bolsa Família objetivava “a promoção da segurança alimentar, com articulação de ações visando à superação da fome e da pobreza no País”. Todavia, nos estudos desses autores, ao pesquisarem uma amostra de 421 famílias beneficiadas, identificaram que a insegurança alimentar e nutricional estava presente em 74,6% desses grupos familiares.

Dessa forma, é possível perceber que os programa de transferência de renda, como o era o Auxílio Brasil, não são suficientes para suprirem adequadamente as

<sup>6</sup> No período de coleta de dados, o salário mínimo no Brasil correspondia ao valor de R\$ 1212,00.

<sup>7</sup> “O Auxílio Brasil integra em apenas um programa vários políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país”. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

necessidades humanas, em especial por se tratarem de políticas públicas focalizadas que não possuem a real intenção de mudar a vida dos beneficiários. E, ainda que auxiliem financeiramente grupos familiares em situação de pobreza e/ou extrema pobreza de forma pontual, não são suficientes para a superação das desigualdades sociais estruturais. Quanto a isso, concordamos com Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa (2012, p. 178) que é necessário, junto aos programas de transferência de renda a efetivação de “de políticas públicas multissetoriais, com enfoque prioritário para geração de emprego e de renda”.

Desse modo, consentimos que “se a forma de acesso a bens e serviços é o salário e a renda, a ausência destes leva a população à situação de fome” (TEIXEIRA, 2022, p. 454), tendo em vista que, a nível global, a história da alimentação encontra-se correlacionada com o receio de pessoas que temiam a escassez de alimentos em contextos marcados pela desigualdade na distribuição de terras (AGUIAR; PADRÃO; 2021).

Portanto, em razão da renda ser um dos determinantes sociais de saúde, observamos a precária condição financeira em que encontram-se inserida essas mulheres e seus familiares. Como exemplo, evidenciamos a realidade da participante Vera, pois ainda que esta tenha sido a única a declarar que seu grupo familiar tem acesso a mais de 2 salários mínimos formais mensais, ela também considerou, assim como as outras mulheres, não possuir uma renda mensal suficiente para suprir totalmente as necessidades básicas, como moradia, transporte e alimentação. A partir disso, apresentamos a seguir algumas falas trazidas nas entrevistas sobre esse ponto, especialmente no que concerne a aquisição de alimentos.

“[...] a comida, se fosse para a gente comer bem, teria que ganhar bem mais que isso aí, para a comida não é suficiente” (Maria).

“nem sempre, às vezes não dá” (Carolina).

“a renda não tá sendo suficiente porque não tá sobrando” (Vera).

PROMOÇÃO



APOIO





A fala de Vera nos abre precedentes para uma problematização necessária, pois concordamos que todo cidadão brasileiro deveria ter acesso a uma renda suficiente que proporcionasse dignidade humana sem ter que sacrificar um direito em prol de outro. Consequentemente, quando ela afirma que a renda de sua família não está sendo suficiente porque não está sobrando, retrata exatamente isso, já que em determinado momento entendemos que eles terão que escolher qual necessidade básica suprir e qual terá que esperar para ser sanada posteriormente

Mediante esse contexto, nos atentamos também em conhecer melhor a rotina e o perfil alimentar dos grupos familiares. Assim, por meio das respostas obtidas, no que diz respeito a quantidade de refeições diárias, os 6 grupos familiares encontram-se dentro das recomendações trazidas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), o qual recomenda, como um dos passos necessários para se ter uma alimentação saudável, o consumo alimentar de pelo menos 3 refeições ao dia (BRASIL, 2014).

Entretanto, sabemos que quantidade não significa necessariamente qualidade e, neste contexto, é de suma relevância destacar que insegurança alimentar e nutricional não se resume somente a ausência completa de alimentos. Para além disso, significa também a ausência de variedade nas refeições que incluam ingestão dos grupos alimentares necessários para a saúde humana, bem como a escassez de alternativas que permitam as pessoas a escolherem os mantimentos alimentícios conforme suas preferências (RIBEIRO JÚNIOR, 2015).

Ademais, têm-se uma tendência de “incorporação de novos hábitos alimentares pelos estratos mais pobres da população [...] impulsionada pela publicidade de alimentos e pelo barateamento dos produtos ultraprocessados” (PEREIRA et al, 2015, p. 3822). Dessa forma entendemos que, quando um responsável familiar necessita se sujeitar e sujeitar seus dependentes a ingerirem alimentos de baixo teor nutricional, como os alimentos processados e ultraprocessados<sup>8</sup> por serem as opções mais

<sup>8</sup> “Alimentos ultraprocessados são formulações industriais prontas para consumo e feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



possíveis de serem acessadas, esta se qualifica como uma situação de negação do direito social à alimentação e, portanto, também se caracteriza como insegurança alimentar e nutricional.

No que diz respeito ao consumo de alimentos processados na realidade dos grupos familiares, destacamos as duas seguintes falas:

“às vezes falta mais a mistura, aí às vezes a mistura por exemplo, o dinheiro não dá para comprar a carne e o frango essas coisas assim, ai a gente compra mortadela” (Jesus)

“na hora do almoço eu sei que é melhor o suco da fruta do que esses ki-suke (suco em pó), mas cadê o dinheiro para comprar né? a pessoa tem vontade de tomar um suquinho de acerola bem feito né, um suco de manga, mas infelizmente o dinheiro não dá” (Joana)

Através das falas trazidas por Jesus e Joana, conseguimos compreender que a diminuição do poder de compra da população brasileira interfere diretamente na alimentação das comunidades mais pobres, visto que estas necessitam procurar estratégias para continuarem a ter provisões alimentícias em seus domicílios, e, uma das estratégias é aumentar o consumo de alimentos enlatados e embutidos, pois são produtos mais baratos e que proporcionam alguma saciedade.

Como sabemos, “essas substâncias alimentares, que imitam comida, tendem a ser mais baratas que comida de verdade e são destinadas à alimentação da população empobrecida” (TEIXEIRA, 2022, p. 454). Todavia, esses alimentos são ricos em açúcares, sódio, corantes e substâncias prejudiciais ao organismo humano, realidade que gera uma verdadeira preocupação, pois visivelmente as pessoas estão se envenenando, e, conseqüentemente, adoecendo para não serem atingidas diretamente pela insegurança alimentar e nutricional grave.

*“Uma coisa é comer biscoito e beber refrigerante assistindo televisão ao retornar da escola, como fazem os filhos da classe de maior renda, outra coisa é um garoto pobre comer biscoito e beber refrigerante*

em laboratório com base em matérias orgânicas (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e outros aditivos usados para alterar propriedades sensoriais)” (LOUZADA et al, 2015, p. 2).

PROMOÇÃO



APOIO





*porque é um modo barato de saciar a fome” (MALUF, 2007 apud PEREIRA et al., 2021, p. 2822). (Grifo dos autores).*

Todo esse quadro social acaba sendo responsável por produzir um novo formato de “pessoas famintas”, pois antes quando se pensava em fome, logo pensávamos em doenças como a desnutrição e também a zero disponibilidade de produtos alimentícios, principalmente em épocas de secas intensas. Hoje, a conjuntura é outra, tendo em vista que o que mais se vê atualmente são pessoas com doenças crônicas, como a obesidade associada à diabetes e hipertensão, em uma sociedade com alta prevalência de insegurança alimentar e nutricional.

O problema do excesso de peso tem se configurado como transversal à questão da renda, sendo diagnosticado nas diversas classes sociais, mesmo que por motivações diferentes. Nas classes menos favorecidas economicamente, um dos agravos é o barateamento da alimentação dos trabalhadores e de suas famílias à custa do consumo de alimentos inadequados (SANTOS; SCHERER; 2012, p. 94).

Assim, concordamos que estamos vivendo então em uma “transição nutricional que levou a população brasileira, da desnutrição ao sobrepeso e à obesidade” (TEIXEIRA, 2022, p. 455), essa transição, inclusive está presente no contexto social das mulheres que entrevistamos, pois nos 6 grupos familiares foi possível encontrar algum morador que se encontrava em um dos graus da obesidade ou em estado alarmante de sobrepeso.

Em razão disto, as seguintes falas exemplificam o quão difícil é ter acesso à uma saúde ampliada e de qualidade nessa conjuntura atual de desmontes de políticas públicas nas quais os direitos sociais mínimos, como é o de comer, estão sendo negados de várias formas aos brasileiros.

*“se a pessoa pega em dinheiro ou você paga uma consulta e/ou compra um remédio ou se compra um alimento, aí a pessoa escolhe o que? comprar o alimento e deixa de se cuidar” (Joana).*

*“como eu sou doente e não posso trabalhar, queria muito poder receber um aposento, um benefício para eu poder ajudar meus filhos, porque quando eu vejo eles nessa situação assim (de não terem recursos suficientes para se alimentarem) aí é que eu fico mais doente” (Eunice). (Grifos nossos).*

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

De acordo com os relatos acima, mais uma vez observamos que na lógica do sistema econômico vigente, os direitos sociais são espaços de disputas constantes entre classes sociais distintas. Como Aguiar; Padrão (2022, p. 125) observam,

É forçoso reconhecer que a história das lutas sociais mais recentes, pela conquista de direitos, caminha passo a passo com a consolidação e a hegemonia do capitalismo e da sociedade de classes no mundo. Contraditória, a sociedade de classes ostenta direitos civis, sociais e políticos que se propõe a garantir e, dialeticamente, contribui com a manutenção da exploração estrutural promovida pelo capital.

Isso posto, é necessário reafirmar que nesse sistema econômico desigual, o alimento em forma de artigo comercial, “perde toda a função de servir como alimento, de cumprir com seu valor de alimentar seres humanos e passa a servir, assim como as demais mercadorias, à valorização do capital” (TEIXEIRA, 2022, p. 451). Logo, ainda que conquistados pelos trabalhadores, direitos sociais e políticos, dentro dessa esfera capitalista, sofrem permanentes e intensas perseguições (MASCARO, 2017).

Mediante as análises realizadas anteriormente, acreditamos ser imprescindível apresentar, neste momento, os dados obtidos a partir da aplicação da EBIA. Dessa forma, compreendermos melhor como a negação de determinantes sociais de saúde interferem na constante fragilização dos níveis de segurança alimentar e nutricional dos grupos familiares aqui pesquisados.

**QUADRO 1:** classificação dos grupos familiares de acordo com a EBIA

Participantes/ Representantes de Grupos Famíliares	Classificação De acordo com questionário EBIA
Maria*	Insegurança Alimentar Leve
Carolina*	Insegurança Alimentar Moderada

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

Jesus*	Insegurança Alimentar Leve
Vera*	Segurança Alimentar
Eunice*	Insegurança Alimentar Grave
Joana*	Insegurança Alimentar Grave

Fonte: Autoria Própria, com base nas informações adquiridas durante as entrevistas, e classificadas conforme pré-estabelece a EBIA (BRASIL,2022); 2023.

Como é possível observarmos, ao interligarmos estes resultados com as respostas obtidas anteriormente, conseguimos identificar que nas famílias em que a renda mensal não ultrapassou 1 salário-mínimo (os grupos familiares de Eunice e Joana), a insegurança alimentar e nutricional grave se fez presente. E, em apenas uma família, especificamente no grupo familiar da entrevistada Vera, houve prevalência de segurança alimentar e nutricional, não é surpresa o fato de que nessa família existe a inserção de uma pessoa no mercado formal de trabalho que proporciona renda fixa acima de 2 salários-mínimos ao mês.

Aqui podemos destacar que “os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País”<sup>9</sup> e concordamos que são determinantes e condicionantes sociais da saúde, dentre outros, “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (BRASIL, 1990).

Mediante as discussões realizadas no decorrer deste trabalho, é possível afirmar que a negação dos determinantes sociais de saúde, e aqui evidenciamos a alimentação, impossibilita a efetivação do direito social à saúde de forma ampliada. Por fim, é de fundamental importância lembrarmos, mais uma vez, que a insegurança alimentar e nutricional não é algo natural, não existe em razão da precariedade de alimentos, pelo contrário, ela reina justamente em meio a abundância da produção e do desperdício alimentar, e que só deixará de existir completamente quando o sistema econômico no qual estamos inseridos for superado por outro mais justo e igualitário.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em 12 de jan. de 2023.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho nos propusemos a enfatizar como a negação dos determinantes sociais em saúde repercutem diretamente na vida da população brasileira, em especial na realidade de indivíduos e famílias acompanhadas pela UBS Sinharinha Borges e residentes no bairro barrocas em Mossoró/RN, principalmente no que concerne a prevalência dos variados níveis de insegurança alimentar e nutricional.

Como salientamos, os determinantes sociais em saúde são fundamentais para um acesso com qualidade a uma saúde integral, sobretudo no que diz respeito ao alcance integral de bem-estar físico, psíquico e social. E, ao longo dos resultados, observamos que o acesso e/ou garantia fixa de uma renda mensal é primordial para a materialização da alimentação humana de forma adequada. Assim, a não aquisição de uma renda segura ou a ausência de inserção no mundo do trabalho formal, são possibilidades que aumentam drasticamente as chances de sujeitos serem atingidos por algum nível de insegurança alimentar e nutricional na realidade socioeconômica em que o Brasil se encontra.

A respeito disso, no cenário local, a partir dos diálogos horizontais com as participantes por meio das entrevistas semiestruturadas, foi possível perceber também como a vulnerabilidade social na qual elas vivem diariamente com suas famílias, caracterizada pelo não acesso adequado justamente a alguns dos determinantes sociais de saúde, tornou a alimentação em uma preocupação protagonista em suas rotinas diárias de sobrevivência nesse cenário em que direitos básicos são mercantilizados e as desigualdades sociais, raciais e de gênero são adversários a serem enfrentados rotineiramente.

Desta forma, consideramos que nossos objetivos foram respondidos de forma exitosa e esperamos que os resultados e discussões aqui apresentados possam ultrapassar os limites deste trabalho, pois entendemos que são temáticas de extrema

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

relevância social e que, estudos e pesquisas nessa área, auxiliam para que a segurança alimentar e nutricional passe a ser mais sinalizada, divulgada e defendida como essencial para a formulação, concretização e efetivação das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 143, p. 121-139, abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.274>.

AZEVEDO, Darana Carvalho de. Vamos, sim, falar da fome! **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 488-497, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86213>.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

BRASIL. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONA. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN** : relatório final. São Paulo: Análise, 2022. 112 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. 206 p.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da Fome**. Salvador: Edufba, 2003.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 9, p. 3369-3394, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>.

LOUZADA, Maria Laura da Costa *et al.* Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 49, p. 1-11, 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-8910.2015049006132>. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://www.scielo.br/j/rsp/a/dm9XvfGy88W3WwQGBKrRnXh/?lang=pt&format=pdf>.  
Acesso em: 31 fev. 2023.

MASCARO, Alysson Leandro. DIREITOS HUMANOS: uma crítica marxista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 101, p. 109-137, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-109137/101>.

PEREIRA, Mayara Gonçalves *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em adultos: evidências do inquérito isacamp 2008-2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 3815-3824. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.31062019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QXdZS77Sdrp7DgYjpxz7QQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 fev. 2023.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SABÓIA, Rocilda Cleide Bonfin de; SANTOS, Marize Melo dos. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 749-758, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742015000400017>.

SANTOS, Andreia Mendes dos; SCHERER, Patricia Teresinha. Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 01, n. 11, p. 92-105, jan/jul. 2012.

SILVA, Silvana Oliveira da *et al.* A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 38, n. 7, p. 1-14, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt255621>.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 449-458, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86274>.

PROMOÇÃO



APOIO